



**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS
HIDROGRÁFICAS DOS RIOS GUANDU, DA GUARDA E GUANDU-MIRIM (COMITÊ
GUANDU), REALIZADA EM PARACAMBI – RJ, NO INSTITUTO SUPERIOR DE
ENSINO - FÁBRICA BRASIL INDUSTRIAL, EM 20 DE JULHO DE 2004**

A reunião foi iniciada às 12:30 hs, presidida por Leila Heizer (CEDAE – Secretária Executiva do Comitê Guandu). Participaram os seguintes membros: Adriano Gama (CEDAE), Ademar Quintella (Sindicato Rural de Itaguaí), André Cimbliris (FURNAS), Antônio Félix (FRAMS), Anselmo Frederico (suplente- FEEMA), Berenice Santos (Associação de Pequenos Produtores Filhos do Sol), Carlos Moura (suplente-PMQ), Clarisse Peres (Cooperativa Ofícios da Terra), Eliane Delvito (suplente-SINTSAMA), Erenilton Dias (suplente-LIGHT), Evandro Batista (PMRC), Fátima Soares (FEEMA), Fernando Lino (LIGHT), Fernando Pignataro (SFE-ELETROBOLT), Friedrich Herms (UERJ), Ignez Muchelin (suplente-SERLA), José Sertã (ABES), Jussara Muniz (suplente- CEDAE), Luiz Domingues (SINTSAMA), Maurício Puiz (Instituto Terra), Marilene Ramos (suplente- FGV), Paulo Canedo (suplente-COPPE-UFRJ), Paulo Diniz (ONS), Rosana Caminha (suplente-CEDAE), Vera Lúcia Novo (Cervejarias Kaiser), Vera Lúcia Saboya (SEINPE). Compareceram 16 convidados, lista em anexo. Leila Heizer, iniciou os trabalhos, ressaltando que o novo texto do regimento interno foi aprovado por 23 membros do Comitê. Em seguida, apresentou a minuta da ata da 4ª Reunião Extraordinária, que foi aprovada pelo plenário. Depois, tratou do assunto da substituição do diretor-geral, tendo em vista que Antônio Bruno se afastou da Universidade Rural para candidatar-se a vereador do município de Seropédica. Esclareceu que a substituição de Antônio Bruno pela professora Sabina Campagnani refere-se às representações no plenário e na diretoria colegiada. Atendendo ao §1º, do artigo 21, do Regimento Interno vigente, o plenário deverá eleger o diretor geral dentre os membros da diretoria colegiada. Fernando Lino falou em nome da diretoria, propondo o diretor Hélio Vanderlei para o mandato tampão. Os demais diretores confirmaram a indicação. Hélio Vanderlei, agradeceu, falando da importância do trabalho de Antônio Bruno e que aprendeu muito com ele e com os outros membros do Comitê. Falou também que o diálogo entre os três segmentos (sociedade, governo e usuários) é fundamental para que se tenha um bom trabalho dentro do Comitê. Ressaltou a importância de buscar uma audiência com a governadora para falar da situação do rio Guandu. Colocado em votação, o nome de Hélio Vanderlei foi aprovado por aclamação pelo plenário. Dando seguimento à reunião,



34 Hélio Vanderlei convidou Paulo Diniz para discorrer sobre a operação hidráulica dos
35 reservatórios da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Paulo Diniz fez um breve
36 histórico sobre que a situação atual, 2004, até o final do período úmido, ressaltando que
37 tivemos um ano hidrológico levemente abaixo da média, tendo sido, no entanto, possível
38 a recuperação parcial dos reservatórios. No início de julho, conseguiu-se atingir 52,6% do
39 armazenamento equivalente do Paraíba do Sul. Esclareceu que o setor elétrico elabora o
40 planejamento mensal da operação – PMO em todas as bacias hidrográficas. No PMO de
41 julho vislumbrava-se que a bacia do Paraíba do Sul chegaria ao final do mês com
42 reservação de cerca 54% de volume. Felizmente, com as chuvas ocorridas, esse patamar
43 será atingido. Concluiu que podemos esperar para o final de julho, algo entorno de um
44 pouco mais da metade do armazenamento máximo da bacia. Em seguida, Hélio
45 Vanderlei, chamou Jander Duarte que discorreu sobre o plano de bacia do rio Guandu.
46 Leila Heizer comentou que os Termos de Referência foram aprovados pelo Comitê
47 Guandu em fevereiro de 2003. A ANA não conseguiu financiar conforme havia previsto,
48 tendo em vista contingenciamento dos recursos. A CEDAE propôs custear tanto o plano
49 como a instalação e manutenção da secretaria executiva, solicitando para tal que os
50 recursos despendidos fossem descontados quando iniciasse o pagamento pelo uso das
51 águas. O Comitê Guandu no entanto, não teve fundamento legal para aceitar a proposta
52 da CEDAE, sendo necessário consulta ao CERHI. Jander informou que, paralelamente a
53 busca de recursos, vem sendo estudado há 2 anos, a possibilidade das Universidades
54 (UFRJ, UFRRJ e UERJ) em consórcio, participarem da elaboração do plano. O custo
55 seria mais acessível, de acordo o interesse do Comitê. Leila Heizer enfatizou a
56 importância da participação das universidades e pediu comentários do plenário o assunto.
57 Antônio Félix se manifestou a favor, falando da dedicação e a seriedade das
58 universidades. Fernando Lino mencionou que o Comitê é um processo democrático,
59 montado a partir de representações da sociedade e é um exercício que tem que ser feito
60 ao longo do tempo. Enfatizou que o microfone está aberto a qualquer entidade que queira
61 se manifestar. Sérgio Ricardo propôs buscar algumas alternativas estratégicas. Pensou
62 em três alternativas: a primeira, que o representante da APEDEMA encaminhe um pedido
63 para que o Fundo Nacional de Meio Ambiente financie esse estudo ou parte dele; a
64 segunda, através da tribuna do CONAMA, a APEDEMA por ter uma pessoa eleita, pode
65 solicitar recursos e a terceira, seria o BNDES, que acabou de lançar o PRODESPAR (Programa de Despoluição do Paraíba do Sul), seria uma oportunidade de solicitar que a
66



67 região do Guandu fosse incluída nesse programa. Maurício Puiz, parabenizou Hélio
68 Vanderlei, dizendo que o Instituto Terra apoia o nome de Hélio Vanderlei para Diretor –
69 Geral do Comitê. Concordou com Sérgio Ricardo, dizendo que é possível articular um
70 financiamento junto ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, com outros apoios onde a
71 sociedade civil tem inserção e que o Instituto Terra tem condições de ajudar, junto com as
72 universidades, na confecção do plano de bacia, podendo firmar um consórcio.
73 Acrescentou que o Instituto atua há 6 anos no maior e mais limpo afluente natural do rio
74 Guandu, que é o rio Santana, tendo um vasto banco de dados sobre a região. Falou
75 também da experiência que tem em trabalhos em parceria com a FEEMA, SEMADUR,
76 UFRJ e na gestão costeira na baía de Guanabara. Colocou o Instituto à disposição. Hélio
77 Vanderlei informou à todos que foi encaminhado para o Conselho Estadual de Recursos
78 Hídricos - CERHI e para Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas -
79 SERLA, a resolução do Comitê Guandu, que trata das prioridades para aplicação de
80 recursos na bacia do rio Guandu. Lembrou à todos que o Fundo Estadual de Recursos
81 Hídricos, que recebe os recursos do setor elétrico, por lei, dispõe no cofre do Governo do
82 Estado, de alguns milhões de reais, que deveriam ser aplicados, por lei, em plano de
83 bacia e em recuperação das bacias hidrográficas do estado do Rio de Janeiro. Esclareceu
84 que todos devem ter clareza das informações e que as críticas são direcionadas à falta de
85 investimento dos recursos públicos que já se encontram em caixa na bacia hidrográfica do
86 rio Guandu. André Cimblaris enalteceu as palavras do Fernando Lino, no sentido de
87 ressaltar a importância desse espaço democrático, que é o plenário do Comitê Guandu,
88 onde todos devem e merecem se expressar. Em relação ao plano de bacia, considerou
89 muito feliz essa iniciativa, uma vez que, as universidades federais e estadual, já tem
90 trabalhos desenvolvidos na bacia. Assim, nada mais pertinente do que as universidades
91 se envolverem nesse plano. Antônio Bruno, enfatizou a importância e a capacidade da
92 universidades na confecção do plano de bacia. Friedrich Herms propôs que fosse
93 decidido no plenário que a diretoria colegiada do Comitê, tenha toda liberdade de
94 negociar o financiamento do plano frente a um possível órgão financiador, na melhor
95 forma de agregar diversos segmentos que tenham conhecimento da área para fazer o
96 plano de bacia. Sendo assim, delegariam à diretoria colegiada o poder de decisão, de
97 negociar a melhor forma de realizar esse trabalho. Propôs também encaminhamento ao
98 CERH dos termos de Referência para elaboração do Plano de Bacias. Após aprovação
99 encaminhamento à SERLA, órgão gestor do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, para



100 financiamento. Da mesma forma, poderia ser encaminhado ao CERHI o projeto de
101 instalação e manutenção da Secretaria Executiva que já conta com a aprovação do
102 Comitê. Ignez Muchelin falou que a SERLA entende que a bacia do rio Guandu é a mais
103 importante para o Estado do Rio de Janeiro, pois abastece 8 milhões de habitantes.
104 Dessa forma, está se mobilizando para o trabalho de gestão, lançando o cadastro
105 estadual de usuários de água, visando obter maiores informações. Hélio Vanderlei falou
106 que vai solicitar uma reunião com o Presidente da SERLA, para discutir as questões que
107 foram levantadas e buscar respostas aos ofícios já encaminhados. Propôs que o plenário
108 aprovasse a delegação à diretoria para dar os encaminhamentos necessários à realização
109 do plano de bacia, ou seja, de compor com seus parceiros, um grupo que possa captar os
110 recursos e efetivamente implantar. Se for dinheiro público, o procedimento é licitação.
111 Nesse caso, a diretoria concorda com que as universidades participem do projeto, mas
112 tem que concorrer na licitação. Se for dinheiro privado, a empresa pode contratar direto o
113 que for indicado pelo Comitê, que pode ser o consórcio das universidades. Em seguida,
114 abriu para que o plenário votasse. O plenário, por unanimidade, aprovou. Leila Heizer
115 pediu a palavra e informou que, conforme entendimento da Câmara Técnica Institucional
116 e Legal do CERHI, no texto da Lei nº 4247/03 existe abertura para que os Comitês já
117 instituídos possam apresentar os critérios para a cobrança pelo uso das águas
118 específicos para sua área de atuação. Assim, propôs encaminhar à Câmara Técnica de
119 Análise e Projetos, pedido para estudo e apresentação de critérios para a cobrança pelo
120 uso das águas das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim
121 para serem aplicados até que o Plano de Bacias estejam concluídos. Friedrich Herms,
122 achou boa a proposta, mas propôs a criação de uma Câmara Técnica extraordinária,
123 específica para tratar desse assunto, pois envolve também os aspectos legais. Leila
124 Heizer, falou que há um dispositivo no texto do novo regimento interno, que diz que toda
125 proposta de criação de Câmara Técnica deverá ser apreciada previamente pela Câmara
126 Técnica de Assuntos Legais. Um alternativa seria reunir as duas CT's existentes e definir
127 um grupo de trabalho, com representantes de ambas as Câmaras Técnicas. Hélio
128 Vanderlei retomou a palavra, convocando votação do plenário para a proposta de Leila
129 Heizer, que foi aprovada por unanimidade. Foi dado prazo de sessenta dias para que as
130 Câmaras Técnicas apresentem resultado. Hélio Vanderlei deu início ao assunto seguinte,
131 referente à eleição do plenário. Leila Heizer explicou que o edital de convocação que
132 estava sendo apresentado, foi preparado pela Câmara Técnica de Assuntos Legais, com



133 base no edital do CEIVAP e no primeiro edital que o Comitê Guandu lançou para eleição
134 dos membros atuais. Faltava definir as datas. Ficou decidido que a diretoria ficaria
135 responsável por esta definição. Hélio Vanderlei propôs que o processo eleitoral se
136 iniciasse em janeiro de 2005. Em março de 2005 seria a posse da nova diretoria, o que foi
137 aceito por todos. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada.